

## OS ATINGIDOS POR BARRAGEM: refugiados de um guerra desconhecida

Renata da Silva Nobrega\*

Em todo o mundo, os chamados “projetos de desenvolvimento”, como estradas, ferrovias e barragens, são responsáveis pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de milhões de pessoas, a despeito das promessas de “progresso” que justificam a execução de tais obras. As vítimas desta “guerra desconhecida” têm sido chamadas de “refugiados do desenvolvimento”, numa elaboração política e teórica que busca visibilizar o sofrimento vivido por estas pessoas, bem como buscar os devidos meios de reparação dos danos causados. Dentre os “refugiados do desenvolvimento”, destacam-se os “atingidos por barragem”, situação vivenciada por cerca de quarenta a oitenta milhões de pessoas e foco deste artigo, que se pauta na violência como dimensão central para a compreensão dos deslocamentos compulsórios provocados pelas barragens.

**Palavras-chave:** Refugiados do desenvolvimento; Atingidos por barragem; Violência

*“[...] em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. E suas vítimas, sem dúvida alguma, bem mais numerosas” (Carlos Vainer)<sup>1</sup>*

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Dedicou-se ao tema da luta indígena contra as barragens em sua dissertação de mestrado, intitulada “Contra as ‘invasões bárbaras’, a humanidade. A luta dos Arara e dos Gavião contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia.” Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNICAMP. Campinas, 2008. Ji-Paraná / Brasil.

<sup>1</sup> VAINER, Carlos. “A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas”.

“[...] *peaceful development has created more refugees than have bloody wars*”(Shiv Visvanathan)<sup>2</sup>

O título deste artigo remete à expressão utilizada pela escritora Arundathi Roy para caracterizar a situação de milhões de homens e mulheres atingidos pelas barragens na Índia.<sup>3</sup> Neste país, estima-se que as barragens já deslocaram algo em torno de 16 a 38 milhões de pessoas. Lá, a euforia barrageira é tamanha que no Vale do Rio Narmada, um dos principais rios indianos, há mais de três mil barragens projetadas, colocando em risco cerca de um milhão de pessoas, 350 mil hectares de floresta e 200 mil hectares de áreas cultiváveis.<sup>4</sup> Em diferentes regiões do mundo, desde a década de 1950, quando se intensificou a construção de barragens para fins de geração de energia elétrica, irrigação, abastecimento de água e contenção de inundações, entre 40 e 80 milhões de pessoas sofreram deslocamento compulsório ocasionado pelo uso desta tecnologia.<sup>5</sup> No Brasil, o Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) estima que estas obras de engenharia já prejudicaram um milhão de pessoas e inundaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas.<sup>6</sup>

Os “atingidos por barragem”<sup>7</sup> fazem parte do grupo crescente dos “refugiados do desenvolvimento”, termo que designa as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras de infraestrutura, como as estradas, ferrovias, bases de lançamento aeroespacial<sup>8</sup>, portos, etc. Apresentados como “programas de desenvolvimento”, estes grandes projetos de investimento foram responsáveis, entre 1990 e 2000, pelo deslocamento compulsório e pelo empobrecimento de cerca de cem milhões de pessoas.<sup>9</sup>

<sup>2</sup> VISVANATHAN, Shiv. *A carnival for science. Essays on Science, Technology and Development*, p. 41.

<sup>3</sup> No original: “The millions of displaced people in India are nothing but refugees of an unacknowledged war” (ROY, Arundathi. *The cost of living*, p. 15).

<sup>4</sup> SHIVA, Vandana. *Water wars: privatization, pollution and profits*, p. 64.

<sup>5</sup> COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Um Sumário. O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro de 2000, p. 10. Disponível em: [http://www.dams.org/docs/overview/cmb\\_sumario.pdf](http://www.dams.org/docs/overview/cmb_sumario.pdf). Acesso em: 10.01.2011.

<sup>6</sup> MAB. *Cartilha de Estudos: Hidrelétricas do rio Madeira. Energia para que? E para quem?* p. 6. Disponível em: [http://www.mabnacional.org.br/campanhas/rio\\_madeira\\_cartilha\\_2ed.pdf](http://www.mabnacional.org.br/campanhas/rio_madeira_cartilha_2ed.pdf). Acesso em: 21.01.2011.

<sup>7</sup> Para uma discussão sobre a categoria de atingido por barragens, consultar VAINER, Carlos. *O conceito de Atingido: uma revisão do debate e diretrizes*. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes>. Acesso em: 10.01.2011.

<sup>8</sup> A respeito dos conflitos envolvendo a Base Aeroespacial de Alcântara e as comunidades quilombolas, consultar PEREIRA JUNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: território e conflito - intrusão ao território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

<sup>9</sup> CERNEA, Michael; McDOWELL, Christopher. *Risks and Reconstruction: Resettlers and Refugees*

É um número que impressiona, se comparado às 43,3 milhões de pessoas deslocadas por motivos de guerras, conflitos e perseguições, incluindo neste conjunto os refugiados, os solicitantes de refúgio e os deslocados internos,<sup>10</sup> segundo relatório divulgado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2010.

A categoria de “refugiados do desenvolvimento” vem sendo construída – teórica e politicamente – pelo menos desde meados da década de 1980. De acordo com Sônia Magalhães Santos, em um relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA), de 1985, há referências aos “eco-refugiados”, termo que designa os deslocados por “grandes transformações ambientais, sejam elas originárias de causas naturais ou da ação humana, independentemente do argumento desenvolvimentista”.<sup>11</sup> Em 1997, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, incluiu os atingidos por catástrofes ambientais decorrentes de programas de desenvolvimento – e não apenas da ação da natureza – no debate sobre os deslocamentos forçados.<sup>12</sup> No Brasil, o termo foi registrado nas reflexões de diferentes pesquisadores, dentre os quais destacam-se Alfredo Wagner de Almeida, Sônia M. Santos e Carlos Vainer, em seus estudos sobre os projetos de modernização implantados no país a partir da década de 1970. Na esfera internacional, os debates destacam a violação dos direitos daqueles que constituem esta “nova” modalidade de refugiados, pautando possíveis reparações:

Os argumentos a favor do reconhecimento da situação de refugiado ambiental, publicizados por organizações não-governamentais de cunho ambientalista e humanitário, advogam que, tanto num caso como noutro, isto é, tanto no caso dos deslocamentos compulsórios provocados por desastres ambientais naturais (catástrofes) quanto no caso dos desastres ambientais provocados pelos projetos de desenvolvimento, está em causa a violação de direitos: – o direito de ficar (*rester*); - o direito à indenização e a alternativas de deslocamento (sobre os quais há evidências de que, na maioria dos casos de projetos de desenvolvimento, não está sendo respeitado); - o direito à continuidade e reprodução cultural de grupos, sobretudo grupos étnicos, que já têm dispositivos internacionais de proteção.<sup>13</sup>

*Experiences*. Washington D.C.: World Bank, 2000, p. 2. É provável que este valor esteja subestimado, já que nem todos os atingidos por “programas de desenvolvimento” são reconhecidos como tal, para efeitos de compensação e reassentamento.

<sup>10</sup> ACNUR. *Tendências globais 2009. Refugiados, solicitantes de refúgio, repatriados e deslocados internos*. Genebra, 15 de junho de 2010, p. 1. Disponível em: Acesso em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Tendencias\\_Globais\\_2009](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Tendencias_Globais_2009). 10.01.2011.

<sup>11</sup> SANTOS, Sônia B. M. *Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*, p. 15.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 84.

O reconhecimento institucional do estatuto de “refugiados do desenvolvimento” aos atingidos pelos “grandes projetos de infra-estrutura” implicaria em uma série de compromissos por parte do Estado e dos responsáveis pelos empreendimentos em benefício dos atingidos, numa relação bastante distinta da atual situação de vulnerabilidade e violação de direitos em que se encontram.<sup>14</sup> Apesar disso, enquanto as imagens de campos de refugiados comovem e mobilizam pessoas ao redor do mundo, envolvendo representantes do poder público, organizações de direitos humanos e até mesmo celebridades da indústria do entretenimento, o sofrimento dos “refugiados do desenvolvimento” ainda não alcançou o seu devido lugar no rol dos desafios enfrentados em nossos tempos e que exigem respostas imediatas.

Neste artigo, explorarei algumas possibilidades da categoria de “refugiados do desenvolvimento”, aplicada à situação dos “atingidos por barragens”, destacando a violência que permeia este tipo de “projeto de desenvolvimento”, especialmente no que diz respeito aos seus efeitos sociais e à tentativa de mascaramento destes.

### **Desmistificando as barragens**

Grandes projetos de investimento, as barragens tiveram papel central no processo de acumulação de capital, envolvendo Estados Nacionais e grandes corporações internacionais.<sup>15</sup> Longe de constituírem uma tecnologia “neutra”, estas grandes obras de engenharia situam-se no campo da política, em que há intenso conflito de interesses envolvendo a apropriação privada de “recursos” naturais de uso comum, como a água dos rios, bem como a expropriação dos territórios ocupados por povos e comunidades indígenas, tradicionais e camponesas, alvos privilegiados da expansão barrageira. Como afirmou Oswaldo Sevá, “as mega-obras são campos de ação dos interesses de classes e de grupos sociais, cenário de disputas de oportunidades de lucros e de exercício de poder em âmbito extra-local e extra-nacional”.<sup>16</sup> Estes conflitos situam os interessados na construção das barragens e as pessoas que ocupam os territórios visados pelos empreendimentos propostos em campos opostos.<sup>17</sup> Neste contexto,

<sup>14</sup> A este respeito, consultar MORAL HERNÁNDEZ, Francisco: *Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão: controvérsias sobre o uso dos rios e das terras ribeirinhas para geração hidrelétrica*. Programa de Pós-Graduação em Energia. USP, São Paulo, 2006. Dissertação de mestrado.

<sup>15</sup> SEVÁ Fº, A. Oswaldo. “Obras na Volta Grande do Xingu – Um Trauma Histórico Provável?”, p. 29.

<sup>16</sup> *Idem*. “Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais”, p. 285.

<sup>17</sup> Há que se considerar que entre estes dois pólos, há uma diversidade de posições assumidas pelos agentes sociais envolvidos neste conflito, com a possibilidade, inclusive, de “atingidos” defenderem o

é possível identificar, tal como sugerido por Carlos Vainer e Frederico Araújo, “dois olhares, duas lógicas, duas maneiras de avaliar os impactos de um grande projeto de investimento”<sup>18</sup>, que constroem campos de luta diferentes e estratégias distintas de enfrentamento.

A despeito do esforço da ‘indústria barrageira’<sup>19</sup> em minimizar o potencial destrutivo dessa tecnologia, omitindo os prejuízos sociais e ambientais que provocam, as hidrelétricas são causadoras de “alterações de grande porte na natureza” e de “transformações radicais na sociedade”, nos termos propostos por Oswaldo Sevá<sup>20</sup>, o que acentua o seu caráter conflituoso:

É melhor, desde logo, tratarmos a situação como problemática: vive-se uma experiência social intrinsecamente conflitiva; além de ser, como toda realização técnica de grande dimensão e complexidade, uma experiência de riscos e de degradação das condições de vida nos territórios afetados pelas obras, e com repercussões em regiões bem mais amplas.<sup>21</sup>

No que se refere às “alterações de grande porte na natureza,” o Relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB), publicado em 2000, apontou as contradições de uma “alternativa energética” que se apresenta como “limpa”, quando comparada às matrizes termoelétrica e nuclear. Este relatório é um dos marcos<sup>22</sup> que rompem definitivamente com o consenso em torno das barragens, ao sintetizar os principais problemas envolvidos na construção de barragens, com destaque para o desempenho deficitário das barragens já construídas, para a corrupção e os interesses corporativos envolvidos e para a incompetência institucional na garantia dos direitos dos atingidos.<sup>23</sup> Nas palavras da CMB, as barragens provocaram

empreendimento proposto.

<sup>18</sup> VAINER, Carlos; ARAUJO, Frederico G. *Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico; estratégias das populações atingidas*, p. 20.

<sup>19</sup> A indústria barrageira foi definida por Arsênio Oswaldo Sevá Filho: “Essa expressão é ainda pouco utilizada no Brasil, embora muitos engenheiros das empresas de eletricidade, de construção civil e de fabricação de equipamentos eletromecânicos se considerem como “barrageiros”, expressão também usada por técnicos e peões dos canteiros de obras de hidrelétricas. Mas a identificação de um conglomerado de grupos capitalistas de setores conexos e interdependentes, pivotados pelo capital financeiro elétrico, é ainda uma noção incipiente, exceto na língua inglesa com a expressão “dam industry” usada por pesquisadores e no discurso ativista dos atingidos e dos ambientalistas.” SEVÁ Fº, A. Oswaldo. *Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade*, p. 21.

<sup>20</sup> *Idem*, “Conhecimento crítico...”, *op. cit.*, p. 283.

<sup>21</sup> *Idem*, “Obras na Volta...”, *op. cit.*, p. 30.

<sup>22</sup> Lançado em 1984, o livro de Edward Goldsmith e Nicholas Hildyard é um outro marco sobre os efeitos sociais das barragens: GOLDSMITH, Edward; HILDYARD, Nicholas. *The social and environmental effects of large dams*. San Francisco: The Sierra Club Books, 1984.

<sup>23</sup> MCCULLY, Patrick. “Contra-ataque! Choque da Comissão Mundial de Barragens estimula a indústria de grandes barragens a ação”, in SEVÁ, Oswaldo (org.). *Tenotã-mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo/SP: International Rivers Network, 2005, p. 296.

“danos significativos e irreversíveis a espécies e ecossistemas”, além de emitirem gases que contribuem para o efeito estufa. Dentre os prejuízos identificados, destacam-se:

A destruição de florestas e *habitats* selvagens, o desaparecimento de espécies e a degradação das áreas de captação a montante devido à inundação da área do reservatório; a redução da biodiversidade aquática, a diminuição das áreas de desova a montante e a jusante, e o declínio dos serviços ambientais prestados pelas planícies aluviais a jusante, brejos, ecossistemas de rios e estuários, e ecossistemas marinhos adjacentes; e impactos cumulativos sobre a qualidade da água, inundações naturais e a composição de espécies quando várias barragens são implantadas em um mesmo rio.<sup>24</sup>

No que diz respeito aos prejuízos causados aos expropriados pelas barragens, a CMB destacou que:

Muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas. Nos casos em que houve indenização, esta quase sempre se mostrou inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento. Aquelas que foram reassentadas raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados. Quanto maior a magnitude do deslocamento, menor a probabilidade de que os meios de subsistência das populações afetadas possam ser restaurados. Populações afetadas que moram perto de represas, bem como pessoas deslocadas e comunidades a jusante, sofreram frequentemente efeitos adversos sobre sua saúde e meios de subsistência, decorrentes das mudanças no meio ambiente e da ruptura social. Dentre as comunidades afetadas, a desigualdade entre os sexos muitas vezes aumentou, com as mulheres sofrendo uma parcela desproporcional dos custos sociais e, via de regra, sendo discriminadas na partilha dos benefícios.<sup>25</sup>

O Relatório da CMB evidencia que as implicações sociais das barragens são bem mais graves do que os “impactos positivos” sugeridos pelos empreendedores, fato já observado por diversos pesquisadores. A partir da experiência indiana, Vandana Shiva associa à construção das barragens, uma ruptura ecológica e o surgimento dos conflitos sociais vinculados a ela. A autora destaca a erosão de direitos e dos mecanismos de controle democráticos dos recursos naturais, da economia e dos meios de produção como implicações diretas das barragens.<sup>26</sup> Já para Ângela Tude de Souza, as consequências das barragens são descritas em termos

<sup>24</sup> COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, *op. cit.*, p. 18.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>26</sup> SHIVA, Vandana, *op. cit.*, p. 61.

da “alteração definitiva das condições materiais e sociais de reprodução da população direta e indiretamente afetada”.<sup>27</sup> No mesmo tom, Lygia Sigaud indicou os efeitos perversos das políticas do setor elétrico, “responsáveis pelo deslocamento compulsório e atabaalhado de milhares de cidadãos brasileiros, pela sua diáspora, pelo seu empobrecimento e pela profunda desorganização de suas condições de vida”.<sup>28</sup> Sônia Magalhães Santos, por sua vez, desenvolveu uma reflexão sobre as implicações sociais das barragens, voltando-se para uma dimensão geralmente negligenciada: o sofrimento e a dor dos expropriados:

[...] os relatos sobre o deslocamento compulsório evocam uma pluralidade de situações de transformação, traduzidas em perdas, que contemplam desde o espaço físico, o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas e de proximidade. Desta perspectiva, creio ser possível afirmar que, com a intervenção sobre o espaço físico para a formação do lago, atinge-se violentamente as relações sociais, desestruturando-as. É esta desestruturação que conforma o substrato do lamento e da dor.<sup>29</sup>

Em sua análise sobre a Usina Tucuruí, no Pará, a autora identificou o esforço coletivo dos atingidos por esta barragem para evidenciar que o deslocamento compulsório sofrido por eles é uma situação “preche de injustiças”.<sup>30</sup> As compensações, quando acontecem, dizem respeito apenas à esfera material e não reparam a dor causada, situação recorrente entre os atingidos por barragem. A fala de Wenceslau Brasil, atingido pela Usina Samuel<sup>31</sup>, em Rondônia, expressa bem as perdas dos atingidos: “Eu chorei lá, vendo meus pés de abacateiro, de manga, de laranja, minha casa sendo empurrada pra lá. Eu fiquei louco. Hoje eu não tenho nada”.<sup>32</sup>

Entre os atingidos por barragem não estão apenas os que já sofreram os prejuízos causados pela construção destes empreendimentos, mas também os grupos e comunidades ameaçados por projetos de barragem, independentemente das possibilidades reais de sua execução. Por todo

<sup>27</sup> SOUZA, Ângela Maria. “Os Trabalhadores da Amazônia Paraense e as Grandes Barragens”, p. 131.

<sup>28</sup> SIGAUD, Lygia. “Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico”, p. 104.

<sup>29</sup> SANTOS, Sônia B. M., *op. cit.*, p. 194.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>31</sup> A Usina Samuel foi a primeira grande hidrelétrica instalada em Rondônia, no rio Jamari, a cerca de 50 km de Porto Velho. Seu projeto foi elaborado e executado durante a ditadura militar, sem qualquer participação popular ou consulta aos atingidos, que até hoje reivindicam justa reparação pelos prejuízos causados. Sua construção iniciou-se em março de 1982, e a Construtora Norberto Odebrecht foi a responsável pelas obras, a serviço da ELETRONORTE. Iniciou suas operações em 1989 e tem potência de 215 MW, embora opere abaixo de sua capacidade durante a maior parte do tempo. Com um reservatório de mais de 600 km<sup>2</sup>, provocou graves prejuízos ambientais e expulsou as comunidades que ocupavam áreas próximas ao rio Jamari.

<sup>32</sup> BASSEGIO, Luis; PERDIGÃO, Francinete. *Migrantes Amazônicos, Rondônia: A trajetória da ilusão*. São Paulo: Edições Loyola, 1992, p. 206.

o país, projetos fantasmagóricos mantêm pessoas em estado de alerta e tensão, com a proposta de barramento de um rio significativo para elas. É o caso dos povos e das comunidades ameaçadas pelos projetos hidrelétricos do rio Xingu, no Pará e no rio Machado, em Rondônia, que há mais de vinte anos são assombrados pela indústria barrageira e permanecem mobilizados contra a ameaça de destruição destes rios.

Embora ignorado, o sofrimento dos ameaçados por barragem é real. O cacique Pedro Agamenon, do povo Arara (Karo), relatou, por diversas ocasiões, durante pesquisa de campo por mim realizada entre 2006 e 2008, que há mais de vinte anos não consegue dormir tranquilo, diante da possibilidade de barramento do rio Machado, que ameaça os povos da TI Igarapé Lourdes, em Rondônia.<sup>33</sup> Além de um estado de alerta permanente, há também o desgaste físico e emocional de viagens constantes para articulação de uma luta anti-barragem que já ultrapassou duas décadas. Dona Antônia Arara, já idosa, associa o “tempo de antigamente” a um tempo tranquilo, em oposição ao tempo presente, marcado pela ameaça das barragens: “O branco inventa tanta coisa que a gente fica preocupado, porque não temos jeito de escapar das armações do branco. Antigamente, quando nossos país existiam, ainda não existia esse problema de tanta barragem. A gente vivia em paz”.<sup>34</sup>

Quando não é ignorado, o prejuízo causado aos atingidos por barragem é tratado em termos quantitativos, como se fosse algo temporário, um “susto”, nas palavras de Lygia Sigaud<sup>35</sup>, do qual se recuperarão, diante das medidas de mitigação e compensação propostas. O sofrimento dos expropriados pelas barragens é, tal como destacado por Sônia M. Santos, ainda uma dimensão negligenciada tanto pela indústria barrageira quanto por pesquisadores dedicados à produção de conhecimento sobre as consequências sociais das barragens.

<sup>33</sup> Os projetos hidrelétricos do Rio Machado foram inicialmente propostos na década de 1980. Na época, o arranjo apresentava dois eixos de barramento, batizados de AHE Ji-Paraná e AHE Tabajara, com potência instalada total de 1285 MW e área inundada de 1627 km<sup>2</sup>. Em meados da década de 1990, os projetos foram suspensos, após intensa mobilização popular e severas restrições de crédito. Em 2005, diante da nova ofensiva hidrelétrica sobre os rios amazônicos, o projeto do AHE Tabajara foi retomado e integra o Programa de Aceleração do Crescimento. Mais uma vez, a tentativa de barramento do rio Machado enfrenta a resistência das comunidades ameaçadas. Se fossem executadas tal como proposto na década de 1980, as hidrelétricas do rio Machado inundariam parte da TI Igarapé Lourdes, ameaçando os povos indígenas Arara, Gavião e isolados. Diante dessa ameaça, os Arara e os Gavião declararam guerra aos projetos de barragem no rio Machado e nela estão engajados há mais de vinte anos.

<sup>34</sup> A entrevista com Dona Antônia Arara está disponível em NOBREGA, Renata. *Contra as ‘invasões bárbaras’, a humanidade. A luta dos Arara e dos Gavião contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia*, p. 166.

<sup>35</sup> SIGAUD, Lygia, “Implicações Sociais...”, *op. cit.*, p. 108.

## Barragens como armas de guerra?

As metáforas bélicas são recorrentes nos estudos sobre as consequências das barragens. Para Arundathi Roy, as barragens estão para o “desenvolvimento” assim como as armas nucleares estão para o arsenal militar: ambas são armas de destruição em massa.<sup>36</sup> O indiano Shiv Visvanathan também comparou as barragens à tecnologia nuclear, uma vez que requerem gastos massivos de capital, são tecnologias com limitada experiência de operação e, em ambas, uma falha catastrófica resulta em devastação em larga-escala.<sup>37</sup> Mas as comparações não dizem respeito apenas ao aspecto quantitativo das vítimas da “guerra do desenvolvimento”, como apontado nas epígrafes iniciais deste artigo. Diante da perenidade das transformações causadas pelas barragens, afetando gerações e gerações de atingidos, Telma Monteiro comparou seu efeito ao de uma bomba:

As barragens produzem o efeito arrasador de uma bomba, enviando ondas de destruição na Amazônia na forma de ocupações irregulares e desmatamento, induzindo a um furioso desequilíbrio ambiental. A Amazônia é frágil e basta um único mega projeto para desencadear e propagar a destruição.<sup>38</sup>

Assim como os refugiados vitimados por guerras e perseguições, os “refugiados do desenvolvimento” também são alvo de violência. Não é raro que o aparato policial do Estado seja mobilizado, agindo em parceria com as corporações nacionais e transnacionais interessadas nos empreendimentos propostos, na repressão da resistência popular contra estas obras.<sup>39</sup> Acionada para garantir a “limpeza da área” visada pelos empreendimentos, “a ação repressora das empresas redundante em confrontos violentos e episódios como ameaças, prisões de lideranças<sup>40</sup> e manifestantes, ferimentos e até relatos sobre desaparecimento de moradores”, conforme apontamentos de Andréa Zhouri e Raquel Oliveira.<sup>41</sup> Basta citar aqui o caso da Barragem Chixoy, na Guatemala, financiada pelo Banco Mundial, em que cerca de 400 pessoas que resistiam ao deslocamento forçado, a maioria composta por indígenas Maia-Achí, foram massacradas, entre 1980 e 1982. Vandana Shiva, por sua

<sup>36</sup> ROY, Arundathi, *op. cit.*, p. 101.

<sup>37</sup> VISVANATHAN, Shiv, *op. cit.*, p. 43.

<sup>38</sup> MONTEIRO, Telma. Terras indígenas ameaçadas na região do Tapajós. Disponível em: <http://telmadmonteiro.blogspot.com/2010/03/terras-indigenas-ameacadas-na-regiao-do.html>. Acesso em: 10.01.2011.

<sup>39</sup> SHIVA, Vandana, *op. cit.*, p. 68.

<sup>40</sup> A repressão se dá também sobre as tentativas de articulação de uma resistência transfronteiriça. Em Rondônia, em 12 de março de 2009, durante um encontro dos movimentos sociais de atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, militantes bolivianos foram presos, sob o argumento de que estariam em situação irregular no Brasil.

<sup>41</sup> ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. “Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas”, in *Revista Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, 2007, p. 3.

vez, situa os conflitos envolvendo as barragens no contexto maior da disputa em torno do controle da água, e utiliza o termo “*hydro-jihad*” para se referir a estes conflitos.<sup>42</sup> A autora refere-se a este tipo de expropriação como uma forma de terrorismo corporativo, em que as pessoas atingidas pelas barragens enfrentam o terror da tecnologia e do desenvolvimento destrutivo.<sup>43</sup>

Autores como Carlos Vainer<sup>44</sup> e Shiv Visvanathan<sup>45</sup> destacam a dimensão de violência e o substrato de intolerância presentes em projetos de desenvolvimento, como as barragens. A violência está presente também na suposta inevitabilidade do deslocamento, ao qual não se apresenta outra opção: é compulsório, forçado. Decisões políticas travestidas de critérios técnicos, geralmente pautadas por grandes corporações, tais como empreiteiras, são tomadas de antemão e só depois apresentadas à sociedade. Quando existem, os mecanismos de participação popular são transformados em meras formalidades legitimadoras dos empreendimentos.<sup>46</sup> A opção de rechaçar o empreendimento ou de considerar outras alternativas viáveis, embora previstas, são inoperantes. Quando a notícia da necessidade de deslocamento chega aos potenciais atingidos, as possibilidades de reversão ou mudança nos planos são possíveis, mas limitadas, mesmo quando há, para os proponentes, o ônus político advindo da intensa mobilização popular.<sup>47</sup>

Assim, omite-se a violência presente na compulsoriedade do deslocamento que é, então, naturalizado, tal como Alfredo Wagner de Almeida apontou: “Tem-se, portanto, um léxico peculiar composto de eufemismos – que abrandam o sentido coercitivo das medidas de deslocamento e que buscam, em última análise, torná-las um procedimento naturalizado, tais como ‘transferência’ – e de termos de sentido direto, sem perfrases”.<sup>48</sup> Shiv Visvanathan também observou o eufemismo e o

<sup>42</sup> SHIVA, Vandana, *op. cit.*, p. 71.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. xiv.

<sup>44</sup> VAINER, Carlos. “Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias”, p. 179.

<sup>45</sup> VISVANATHAN, Shiv, *op. cit.*, p. 41.

<sup>46</sup> A este respeito, ZHOURI, Andréa; SIANO, Doralise; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

<sup>47</sup> Lygia Sigaud, em seu estudo sobre a barragem de Sobradinho, alerta para a excessiva vitimização das comunidades atingidas por obras do setor elétrico no Brasil. Para a autora, o resultado final do processo de deslocamento compulsório – ou seja, as propostas de compensação e reassentamento – não é dado a priori, mas é fruto de um embate de forças envolvendo Estado, empresas e atingidos. A resposta dos atingidos é sempre uma resposta política, originada no interior de uma determinada organização social e partir dela, mais do que uma mera reação à violência do setor elétrico. SIGAUD, Lygia. *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho*, p. 38.

<sup>48</sup> ALMEIDA, Alfredo W. B. “Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização”, p. 33.

caráter asséptico do deslocamento compulsório causado pelas barragens, incapaz de incorporar a dimensão simbólica, carregada de vida, presente nos territórios visados pela indústria barrageira:

Even the word displacement is used wrongly here. The linguistic connotation is of hydraulics, of mass being moved indifferently across space. To a politician (and a technocrat) the idea that flooding a plot of land might destroy a culture is incomprehensible. They fail to realize that to a traditional people, land is not real estate or a space over which people are moved like objects. Land is memory, a map of one's world, a way of life for which people are willing to die.<sup>49</sup>

Um outro tipo de violência é aquele que desqualifica as pessoas e os lugares visados pelas barragens, classificando-as como “atrasados”, como se necessitassem da intervenção civilizatória do “desenvolvimento”, como veremos a seguir.

### **Pelo bem maior**

*“If you are to suffer, you should suffer in the interest of the country” (Jawaharlal Nehru)<sup>50</sup>*

As barragens, assim como outros grandes projetos de infraestrutura, são comumente associadas a uma promessa de desenvolvimento e progresso da região visada pelos empreendimentos propostos. Os investimentos em infraestrutura, os empregos gerados<sup>51</sup>, a dinamização da economia local, enfim, os chamados “impactos positivos” de uma barragem são as garantias para o “desenvolvimento”, de acordo com seus apoiadores.

No Brasil, praticamente esgotado o potencial hidrelétrico dos melhores eixos da região Sudeste, a indústria barrageira tem se voltado para a Amazônia, caracterizada como uma nova fronteira hidrelétrica, detentora de 44% do potencial total do país. Os rios Tocantins, Xingu, Madeira e Tapajós e seus afluentes concentram a maior parte das barragens propostas ou executadas. Tais projetos inserem-se em uma estratégia de exploração dos rios amazônicos que atualiza as políticas desenvolvimentistas

<sup>49</sup> VISVANATHAN, Shiv, *op. cit.* p. 46.

<sup>50</sup> Trecho do discurso do líder indiano, durante inauguração da barragem de Hirakud, em 1948, *apud* ROY, Arundathi, *op. cit.*, p. 7.

<sup>51</sup> Daí que Ângela Tude de Souza faça referência a um certo consentimento popular com o futuro proletário que aguarda parte dos atingidos, na medida em que compartilham das expectativas de conseguir um emprego no canteiro de obras da barragem ou de que possam “melhorar de vida”. SOUZA, A., *op. cit.*, p. 124.

executadas pela ditadura militar na região a partir dos anos 1960 e que têm ameaçado e expropriado povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponeses, entre outros grupos sociais.

Para legitimar projetos hidrelétricos potencialmente destrutivos em regiões distantes dos grandes centros consumidores, seus apoiadores têm mobilizado uma estratégia retórica que recorre à ideia de bem-comum e interesse nacional subjacentes a estas obras, conforme observação de Alfredo Wagner de Almeida:

Nas situações sociais ora privilegiadas, o elemento invariante remete a aparelhos de poder específicos, quais sejam, agências chamadas de ‘desenvolvimento’ que acionam mecanismos coercitivos, impondo aos demais o cumprimento de seus desígnios, invariavelmente apresentados como obras necessárias ao ‘progresso e à modernização’ para melhorar as condições de vida da sociedade como um ‘todo’. Consoante esta mobilidade de discurso, a execução dos ‘projetos de infraestrutura’ com o deslocamento forçado de ‘alguns’ torna-se imperioso para que se possa produzir o ‘bem estar de todos’.<sup>52</sup>

Interesses localizados, corporativos, ligados à indústria barrageira, são apresentados como o “interesse nacional”. Constrói-se uma noção de desenvolvimento que não introduz no cálculo dos seus custos os prejuízos ambientais e sociais causados pelo empreendimento proposto. O sacrifício das comunidades locais e da “natureza” é o preço – barato – a se pagar pela garantia do desenvolvimento do país. As pessoas que ocupam os lugares mapeados são quase sempre desqualificadas sob o olhar dos empreendedores, que passam a se apresentar como verdadeiros portadores da modernização e do progresso, tal como apontado nos estudos de Alfredo Wagner de Almeida, Lygia Sigaud e Andréa Zhouri, já referidos neste artigo. Diante de um completo desconhecimento da dinâmica social pré-existente, as hidrelétricas são transformadas em política de desenvolvimento e apresentadas como a única forma de alcançá-lo:

Camponeses e índios são imaginados como praticando uma ‘agricultura de subsistência’ e um extrativismo artesanal, sem qualquer integração com os circuitos de mercado. São representados como ‘desvalidos’ em oposição a um deslocamento que é apresentado como uma oportunidade ímpar de ‘se modernizarem’. A ideologia autoritária ignora, pois, as suas funções econômicas de abastecimento dos núcleos urbanos regionais e do fornecimento de matérias primas para o setor industrial, tanto quanto ignora suas condições reais de existência.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> ALMEIDA, Alfredo W. B., *op. cit.*, p. 31.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 34.

Mesmo quando experiências anteriores apontam para a pauperização das comunidades expropriadas, as barragens são apresentadas como oportunidades únicas para a “modernização” e “progresso” dos atingidos, como se estes vivessem no “atraso,” evidenciando a violência simbólica e o racismo presentes na ideologia que orienta a elaboração e execução de tais obras. Aliás, o elemento étnico é um traço marcante dos “refugiados do desenvolvimento.” De acordo com a Comissão Mundial de Barragens, “povos indígenas e minorias étnicas vulneráveis sofreram um nível desproporcional de deslocamentos e impactos negativos sobre os meios de subsistência, a cultura e a existência espiritual”.<sup>54</sup> A conclusão da CMB permite aproximações entre a situação dos atingidos por barragens e o processo social de “racismo ambiental”<sup>55</sup>, expressão forjada nas lutas ambientalistas dos Estados Unidos, na década de 1980, que designa:

[...] a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.<sup>56</sup>

Em todo o país, os territórios dos povos indígenas, comunidades tradicionais e outras minorias étnicas, situados nas barrancas dos rios, têm sido alvo da indústria barrageira. A literatura existente destaca o caráter etnocida destes empreendimentos, diante da profunda desestruturação social e da expropriação territorial que provocam, inviabilizando, muitas vezes, a reprodução social destes grupos.<sup>57</sup> Sílvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke classificaram as consequências das barragens para os povos indígenas como “efeitos deletérios em termos sociais e ambientais”<sup>58</sup> e questionaram a capacidade do órgão indigenista oficial em reparar os prejuízos causados:

<sup>54</sup> COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, *op. cit.*, p. 21.

<sup>55</sup> ACSERALD, Henri. “Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas”, in ACSERALD, Henri; PÁDUA, José Augusto; HERCULANO, Selene. *Justiça Ambiental e Cidadania* (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004, p. 26.

<sup>56</sup> ACSERALD, Henri; Pádua, José Augusto & HERCULANO, Selene. “A Justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil - uma introdução”, in ACSERALD, Henri; PÁDUA, José Augusto; HERCULANO, Selene. *Justiça Ambiental e Cidadania* (org.)..., *op. cit.*, p. 10.

<sup>57</sup> Sobre as consequências da política do setor elétrico brasileiro para os povos indígenas, consultar: SANTOS, Sílvio Coelho; NACKE, Aneliese (orgs.). *Hidrelétricas e povos indígenas*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; ANDRADE Lúcia M. “Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas”, in SANTOS, Leinad Ayer; ANDRADE, Lúcia M. (orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

<sup>58</sup> SANTOS, Sílvio Coelho; NACKE, Aneliese, *op. cit.*, p. 10.

Especificamente para as populações indígenas, todas as experiências vivenciadas em relação à implantação de projetos hidrelétricos foram desastrosas. As iniciativas de mitigação de prejuízos sempre foram parciais e de efeitos limitados, tendo as empresas estatais do setor elétrico dificuldades em efetivamente compreender as reais dimensões da questão.<sup>59</sup>

No estado de Rondônia, que passa por uma “febre barrageira”, um recorte étnico da expansão hidrelétrica indica que empreendimentos hidrelétricos já construídos ou em fase de projeto ameaçam pelo menos vinte povos indígenas, sem incluir neste cálculo, os povos em situação de isolamento e que enfrentam o sério risco de etnocídio, caso sejam executadas as barragens propostas. É o caso daqueles que circulam pela área expropriada em favor do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.<sup>60</sup>

A investida barrageira nas terras rondonienses tem se constituído em um novo cerco aos direitos e aos territórios indígenas e atualiza uma estratégia genocida presente no histórico de ocupação recente de Rondônia. Esta estratégia parte não apenas da expropriação do território indígena, com a ocupação das terras indígenas pelos canteiros de obras e pelos reservatórios – como o cemitério do povo Jaboti, destruído por uma barragem – mas também da inviabilização da vida dentro das terras indígenas – conforme evidenciado pela morte de uma criança na Terra Indígena Rio Branco, por falta de atendimento médico, dificultado pelas alterações no nível do rio em decorrência das hidrelétricas – na medida em que comprometem um dos seus principais eixos articuladores: o rio.

Em Rondônia, embora pouco noticiada, há uma notável resistência anti-barragem empreendida pelos povos indígenas Arara e Gavião, que ocupam a TI Igarapé Lourdes e são ameaçados pelos projetos hidrelétricos do rio Machado. Em sua luta, eles contestam as promessas de progresso propagandeadas pelos interessados nas barragens. Recusando a concepção de desenvolvimento implicada nos empreendimentos propostos, Heliton Tinhawambá Gavião definiu que, “esses projetos que podem prejudicar a vida dos cidadãos onde vivem, isso não significa desenvolvimento do país”.<sup>61</sup> Mais do que um projeto de desenvolvimento, a ameaça das barragens é identificada por eles como um “projeto de morte”, como

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>60</sup> Movimentos sociais e organizações de direitos humanos do Brasil, Bolívia e Peru denunciaram na Organização dos Estados Americanos a ameaça a que estes povos estão submetidos. A nota sobre a denúncia está disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/11/10/rio-madeira-comissao-interamericana-de-direitos-humanos-da-oea-recebeu-denuncia-contra-as-hidreletricas-santo-antonio-e-jirau/>.

<sup>61</sup> O depoimento de Heliton Tinhawambá Gavião, gravado em um encontro de atingidos por barragem realizado em Porto Velho, em abril de 2006, está disponível em NOBREGA, Renata, *op. cit.*, p. 153.

denunciou Zacarias Kapiaar Gavião: “Pro governo perceber que não está prejudicando só os povos indígenas, que de várias maneiras os povos indígenas foram massacrados, foram encurralados de várias maneiras. O governo agora quer matar o índio afogado, debaixo d’água. É uma coisa que não vamos aceitar”.<sup>62</sup>

As críticas dos Arara e dos Gavião à noção de desenvolvimento implicada nos projetos hidrelétricos do rio Machado se aproximam das reflexões de Shiv Visvanathan, que classificou o desenvolvimento moderno, orientado pela ciência e pela tecnologia, de “desenvolvimento-como-terrorismo”,<sup>63</sup> entendido como um genocídio lento, intermediado por forças pacíficas, cujas vítimas superam o total de refugiados de conflitos armados.<sup>64</sup> Na perspectiva dos povos da TI Igarapé Lourdes, os projetos hidrelétricos do rio Machado atualizam um projeto de extermínio dos povos indígenas presente na ocupação recente de Rondônia e que dizimou dezenas de milhares de *índios* no estado. A insistência dos brancos nos projetos de barragem é vista como uma idéia fixa, cuja real intenção é exterminar os índios, conforme expressou Firmino Arara:

O branco fica só falando de construção de barragem. Falando de barragem, de barragem. Por que o branco só pensa em barragem? [...] Os brancos estão querendo matar só nós, os índios. Depois que matar os índios, eles vão querer secar barragem pra ficarem só os brancos, pra eles tomarem a terra dos índios. [...] Agora os brancos querem acabar com os índios. Eles falam que não gostam dos índios. Por isso que eles querem acabar com os índios. Acabar com água, com a construção da barragem. Eles quase acabaram com os povos indígenas antigamente e até hoje continuam querendo acabar com o resto dos povos indígenas<sup>65</sup>.

Muitos deles acreditam que uma vez construída a barragem e eles tenham sido expulsos (ou mortos), os *brancos* liberariam o rio para seu curso natural e ocupariam suas terras. A barragem seria uma estratégia para a expropriação definitiva das terras indígenas. Nesse sentido, a luta contra a barragem é uma luta contra a morte. Para estes povos indígenas, o objetivo de impedir a construção das barragens no rio Machado relaciona-se a questões que envolvem, além da imediata luta em defesa do território

<sup>62</sup> O depoimento de Zacarias Kapiaar Gavião, gravado durante encontro de atingidos por barragem em Porto Velho, em 2006, está disponível em *ibidem*, p. 149.

<sup>63</sup> VISVANATHAN, Shiv. “Entre a cosmologia e o sistema: a heurística de uma imaginação dissidente”, in SOUZA SANTOS, Boaventura (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 139; VISVANATHAN, Shiv. *A carnival for...*, *op. cit.* p. 46.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>65</sup> A fala de Firmino Arara, gravada durante reunião do povo Arara, em 2007, está disponível em NOBREGA, Renata, *op. cit.*, p. 164.

e do seu rio – que é o núcleo central de sua mobilização –, demandas por reconhecimento de sua própria existência. Frente às estratégias de invisibilização e subalternização operadas pelos brancos, os povos do Igarapé Lourdes exigem o reconhecimento de sua “condição humana” e dos direitos dela derivados, recorrendo aos mecanismos institucionais de proteção dos mesmos, bem como denunciando sua ineficácia.

### Enfrentamentos possíveis

*“O direito que eles têm, nós temos também. Assim como eles querem viver, nós precisamos viver também” (Pedro Agamenon Arar)<sup>66</sup>*

Diante do “poderio antiecológico” e da “disposição antidemocrática” dos barrageiros e na medida em que a expansão hidrelétrica tem comprometido outros usos possíveis para os territórios e para os rios, parece mais adequado tratar as consequências das barragens em termos de um “estreitamento das possibilidades futuras,” tal como sugerido por Oswaldo Sevá.<sup>67</sup>

Se as barragens, assim como outras armas da “guerra do desenvolvimento” seguem gerando vítimas de forma contínua, também têm provocado, por outro lado, a reação das suas vítimas e dos movimentos sociais engajados na luta contra o “desenvolvimento-como-terrorismo”. Em todo o mundo, há experiências significativas de resistência de povos e comunidades ameaçadas e atingidos<sup>68</sup>, que em suas mobilizações denunciam a violência das estratégias de desenvolvimento adotadas, especialmente no que se refere aos deslocamentos compulsórios, e reivindicam o respeito aos direitos já reconhecidos e até mesmo demandam novos direitos, como é o caso da categoria de “refugiados do desenvolvimento”.

Este é o caso da mobilização anti-barragem na qual estão empenhados os Arara e os Cavião. Em sua luta, eles fazem emergir o sentido político de decisões e tecnologias que se apresentam como neutras e questionam, assim, os interesses que as envolvem. Ao longo das duas últimas décadas, eles têm

<sup>66</sup> Cacique da aldeia Pajgap, do Povo Arara (Karo), ameaçado pelos projetos hidrelétricos do rio Machado, em entrevista realizada em 5 de setembro de 2007. Disponível em *ibidem*, p. 185.

<sup>67</sup> SEVÁ Fº. *“Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazôniaas”*, p. 21.

<sup>68</sup> O livro de Patrick McCully reúne uma diversidade de experiências de enfrentamentos contra as barragens: MCCULLY, Patrick. *Silenced rivers: the ecology and the politics of large dams*. London: Zed Books, 1996.

reivindicado reconhecimento e autonomia, recusando o lugar subalterno atribuído a eles pelos “brancos” e a mobilização contra os projetos de barragem tem se constituído em espaço privilegiado para a exposição de suas demandas políticas. Território e autonomia se entrelaçam como elementos indissociáveis de uma luta que não se restringe a simples recusa dos projetos hidrelétricos, mas que é, sobretudo, uma luta por reconhecimento.<sup>69</sup>

No Brasil, a opção por um modelo centralizado de geração de energia, concentrador de renda, de alto custo econômico, social e ambiental, é reveladora da natureza da nossa democracia, ainda marcada pelo autoritarismo. As pessoas que efetivamente sentirão, com “lamento e dor”<sup>70</sup>, os efeitos dos grandes projetos de infraestrutura são relegadas às margens das decisões. Lygia Sigaud, em pleno ano de aprovação de nossa “Constituição Cidadã”, indicou o caminho para uma alteração do quadro de desigualdade e injustiça que caracteriza as políticas do setor elétrico no Brasil:

Não basta conhecer adequadamente. É preciso reconhecer que a ‘população atingida’, constituída de cidadãos brasileiros ou de povos indígenas, deve ser incorporada ao planejamento e à tomada de decisões, mesmo que essa opção implique na redução dos programas de geração de hidroeletricidade e na busca de outras alternativas energéticas, como a conservação de energia e de uma política industrial ajustada aos interesses da maioria.<sup>71</sup>

Frente à recaída da “febre barrageira” pela qual passamos atualmente, com a retomada de projetos derrotados e com a apresentação de novos eixos de barramento, há, ainda, um longo percurso a cumprir, para que os atingidos por barragem sejam reconhecidos, efetivamente, em sua condição humana, e conseqüentemente, como sujeitos políticos dotados de direitos. Tão urgente quanto, é a necessidade de reconhecer e respeitar os outros usos e significados (não necessariamente vinculados à lógica econômica capitalista) que diferentes grupos sociais atribuem aos rios, para que deixe de prevalecer, sempre, a visão dos rios como meras “jazidas de megawatts”<sup>72</sup>.

<sup>69</sup> HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

<sup>70</sup> Referência ao título da tese de SANTOS Sônia B. M., *op. cit.*

<sup>71</sup> SIGAUD, Lygia. “Implicações Sociais...”, *op. cit.*, p. 108.

<sup>72</sup> Termo cunhado por Oswaldo Sevá (*As hidrelétricas do Xingu...*, *op. cit.*).

## Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo W. B. "Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização", in *Travessia - Revista do Migrante*, ano XX, n. 25, 1996.
- NOBREGA, Renata S. "Contra as 'invasões bárbaras', a humanidade. A luta dos Arara e dos Gavião contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia." Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UNICAMP. Campinas, 2008. Dissertação de Mestrado.
- ROY, Arundathi. *The cost of living*. London/UK: Flamingo, 1999.
- SANTOS, Sônia B. M. *Lamento e Dor*. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará/Université de Paris, 2007. Tese de Doutorado.
- SEVÁ F<sup>o</sup>., Oswaldo. "Obras na Volta Grande do Xingu – Um Trauma Histórico Provável?", in SANTOS, Leinad Ayer; ANDRADE, Lucia M.M. (orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. "Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais", in SEVÁ, Oswaldo (org.). *Tenotã-mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- \_\_\_\_\_. "Estranhas catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade". *Ciência e Cultura*, v. 60, N. 3, p. 44-50. São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. "Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera e hidrelétrica nas Amazôniaas", in ZHOURI, Andrea; LASCHESFKI, Klemens (orgs.). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2010.
- SHIVA, Vandana. *Water wars: privatization, pollution and profits*. Cambridge: South End Press, 2002.
- SIGAUD, Lygia. *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: As Barragens de Sobradinho e Machadinho*. Comunicação do Programa de Pós-Graduação do Programa Antropologia Social do Museu Nacional, v. 9, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Implicações Sociais da Política do Setor Elétrico", in SANTOS, Leinad Ayer; ANDRADE, Lucia M.M. (orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- SOUZA, Ângela Maria. "Os Trabalhadores da Amazônia Paraense e as Grandes Barragens", in SANTOS, Leinad Ayer; ANDRADE, Lucia M.M. (orgs.). *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- VAINER, Carlos; ARAUJO, Frederico G. "Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico; estratégias das populações atingidas", in *Travessia - Revista do Migrante*, ano. II, n. 6, 1990.

- VAINER, Carlos. "A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas", in *Travessia - Revista do Migrante*, ano XX, n. 25, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias", in GARCIA CASTRO, Mary (org.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.
- VISVANATHAN, Shiv. *A carnival for science. Essays on Science, Technology and Development*. Delhi: Oxford University Press, Calcutta, Chennai, Mumbai, 1997.

### **Abstract**

#### ***Dam-affected people: refugees of an unacknowledged war***

*All over the world, the so-called "development projects" such as roads, railways and dams, are responsible for compulsory displacement and the impoverishment of millions of people, despite promises of "progress" which justify the execution of these constructions. The victims of this "unacknowledged war" have been called "development refugees" in a political and theoretical view that seeks to make the suffering of these people visible and to find ways to restore the damages caused to them. Among the "development refugees", the "dam-affected people" stand out; this phenomenon affects about forty to eighty million people, and is the focus of this article, which is based on violence as a central dimension to understanding the compulsory displacement caused by dams.*

**Keywords:** *Development refugees; Dam-affected people; Violence.*

Recebido para publicação em 04/03/2011.

Aceito para publicação em 13/04/2011.

Received for publication in March, 04<sup>th</sup>, 2011.

Accepted for publication in April, 13<sup>th</sup>, 2011.